



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , de 2025

(Do Sr. Daniel Almeida)

Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a aquisição de 58% do Banco Master pelo Banco de Brasília.

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública destinada a discutir a aquisição de 58% do Banco Master pelo Banco de Brasília.

Para tanto, sugerimos contar com a presença dos seguintes expositores:

- Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central do Brasil
- Paulo Henrique Costa, presidente do Banco de Brasília (BRB)
- Daniel Vorcaro, Controlador do Banco Master
- Alexandre Cordeiro, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)
- João Pedro Nascimento, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Isaac Sidney Menezes Ferreira, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)
- Wadih Damous, secretário Nacional do Consumidor (Senacon/MJ)
- Eduardo Araujo de Souza, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília.



JUSTIFICAÇÃO

O mercado financeiro e milhares de correntistas do Banco de Brasília (BRB) foram pegos de surpresa no último dia 28/03 com a notícia da aquisição, pelo BRB, de 58% Banco Master. Com o anúncio, O Banco Central e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) têm o prazo de 360 dias para analisar a negociação e concluir ou não a operação.

Segundo, Paulo Henrique Costa, presidente do Banco de Brasília, a aquisição foi uma grande oportunidade para a instituição, que sempre atuou no varejo e nunca conseguiu se posicionar no atacado. Ele afirmou ainda que a operação irá agregar atuação em médias e grandes empresas, em mercado de capitais e em câmbio.

No entanto, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apontou a concentração da carteira do Banco Master em precatórios, uma carteira sem liquidez, o que agrava as incertezas em torno da aquisição proposta pelo BRB. O alerta foi feito pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, que teme uma gestão temerária da atual diretoria do BRB, com impactos na segurança econômica da instituição.

A notícia de que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do MPDF pretende esclarecer as circunstâncias de compra e venda de ações torna ainda mais urgente uma atuação da Comissão de Defesa do Consumidor em defesa da transparência e da segurança financeira dos mais de oito milhões de correntistas do BRB.

Solicito, portanto, a este colegiado o apoio para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 02 de Abril de 2025

Deputado DANIEL ALMEIDA

